



O Atlas do Bolso dos Brasileiros

Marcelo Neri
Luísa Carvalhaes
Samanta Monte

2010

NERI, Marcelo C.
CARVALHAES, Luísa
MONTE, Samanta

"O Atlas do Bolso dos Brasileiros" (Marcelo Neri, Luísa Carvalhaes, Samanta Monte), Rio de Janeiro, RJ – 2010 - FGV Social – 27 páginas.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getúlio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19.

O Atlas do Bolso dos Brasileiros

Marcelo Neri
Luísa Carvalhaes
Samanta Monte

RESUMO

O objetivo é detalhar a geografia das mudanças de renda das diversas rendas auferidas pelos brasileiros através da PNAD. Sintetizamos os resultados em três pontos: i) Quem mudou? - As mudanças no interior da economia quem perdeu e quem ganhou em termos de estrato de renda. ii) O que mudou? – Qual a parcela de renda cresceu mais ou menos, antes ou fruto da crise e das ações contra ela: trabalho, bolsa família, aposentadoria ou nenhuma das alternativas acima. iii) Onde Mudou? – Em que regiões, sejam macro-regiões, estados, capitais, tipos de cidades, a renda avançou e onde regrediu?

1. Introdução

As análises macroeconômicas são agregadas, na própria definição do campo de estudo da disciplina fundada por Keynes em meio à grande depressão dos anos 30. Isto é, olha-se para o conjunto de pessoas numa dada sociedade, não importando a respectiva região de moradia, estrato econômico, composição de fontes de renda, ou outros atributos individuais (sexo, idade etc.). Tudo se passa como se tratássemos de um agente representativo hermafrodita (meio homem, meio mulher), de meia idade, de classe média possivelmente de Minas Gerais (como dizem os cientistas políticos, uma boa média da diversidade populacional brasileira) etc. Em várias situações a ficção macroeconômica se mostra adequada para não nos perdemos nos detalhes desnecessários, mas em outras situações o diabo mora justamente nos detalhes omitidos. Em particular, num país de dimensões continentais, desigualdade amazônica e que se torna internacionalmente conhecido pela proliferação de novas e velhas políticas de rendas como o Brasil, a análise agregada esconde mais do que revela.

Tanto no período de expansão do bolso dos brasileiros em vigor até setembro de 2008, como no período posterior há falta de visão clara sobre pelo menos três pontos: i) Quem mudou? - As mudanças no interior da economia quem perde e quem ganha em termos de estrato de renda. A nova classe média brasileira se tornou um ativo macroeconômico crucial para compensar a queda na exportação de nossos produtos como fruto da retração global. A injeção de demanda é o ponto-chave hoje, mas estamos olhando a economia de maneira muito agregada. Na medida em que cada parcela tem propensões diferenciadas ao gasto, há implicações macroeconômicas dependendo do “quem é quem” nos avanços e retrocessos de cada grupo. Sem enxergar os detalhes dos grupos que emergem e dos que afundam, seja na descoberta de nichos de mercado, seja na ampliação de redes sociais aos perdedores. ii) O que mudou? – Qual a parcela de renda cresceu mais ou menos, antes ou fruto da crise e das ações contra ela: trabalho, bolsa família, aposentadoria ou nenhuma das alternativas acima. Esta análise dos determinantes próximos das rendas vão nos ajudar a descobrir os porquês das mudanças. Não se trata só de saber o que gera nova demanda, mas onde a oferta encontra (ou desencontra) esta nova (ou velha) demanda, o que nos leva à nossa última e talvez mais importante dimensão deste estudo. iii) Onde Mudou? – Em que regiões, sejam macro-regiões, estados, capitais, tipos de cidades, a economia doméstica avançou e onde regrediu? Endereçamos estes três tipos de questões, usando a última questão espacial como eixo de forma a orientar a

sociedade à luz dos microdados da PNAD e da PME recém-divulgados a geografia das mudanças de renda recentes.

Cerca de 32 milhões de pessoas, ou meia França, ascenderam às classes ABC entre 2003 e 2008, sendo 6,7 milhões só no ano passado. Onde cresceu mais a renda do brasileiro? Eis a questão. Foi no sertão do Nordeste ou na periferia da Grande São Paulo? E a Nova Classe Média da pequena Campo Grande? O que explica as mudanças de classe em cada lugar, crescimento ou redistribuição da renda? Por que a desigualdade pouco caiu em alguns estados brasileiros? Impactos do salário mínimo ou boom trabalhista? E a geografia da pobreza, mudou? Mudou por quê? Qual é a capital do Bolsa Família? E a dos aposentados? Quem é o campeão de geração de trabalho e renda?

Exploramos o "onde é o quê?" do nível e das mudanças dos indicadores sociais baseados em renda domiciliar per capita. A abertura das capitais dos 27 estados e da periferia das maiores metrópoles é uma inovação. Ela permitirá avaliar a performance dos prefeitos até o seu último ano de mandato, assim como mudanças até o meio do mandato do governador de cada estado tal qual fizemos no ano que passou.

Além de traçar o mapa dos níveis e das variações de renda de indicadores sociais baseados em renda até final de 2008 com base na PNAD, localizamos a evolução entre o pré e o pós-crise do bolso das diferentes classes de trabalhadores brasileiros nas maiores metrópoles brasileiras, abrindo as suas respectivas capitais e periferias (leia-se conjunto de municípios que não são o município da capital). Descubra que as periferias brasileiras - à semelhança de alguns países periféricos estão, como se diz na gíria, "bombando" apesar da crise.

Mapeamos ao longo do território brasileiro a evolução dos indicadores sociais baseados em renda domiciliar per capita tradicionalmente gerados pelo CPS, como pobreza e desigualdade sintetizando o que aconteceu com as famílias de diferentes estratos econômicos em localidades diversas. Analisamos os impactos de diferentes fontes de renda. Por exemplo, qual foi a importância relativa dos proventos do trabalho, dos benefícios da previdência ou do Bolsa Família para explicar as origens das alterações em cada região, estado, metrópole e capital. Este trabalho está organizado nesta introdução e mais seis seções. Na seção dois fazemos um sumário das principais mudanças apresentadas nos indicadores sociais baseados em renda. Nas três seções seguintes respondemos respectivamente as perguntas supra-citadas, quem mudou, o que mudou e onde mudou a renda do brasileiro. Na sexta e última seção apresentamos as principais conclusões.

2. Resumo da Ópera

2.1 Objetivo

O objetivo aqui é traçar um retrato resumido das diversas rendas auferidas pelos brasileiros, buscando sintetizar os diferentes aspectos da realidade da população. O capítulo dos indicadores baseados em renda da literatura de bem-estar social traduz os dados de salário, jornada, ocupação, desemprego, recebimento de pensões e aposentadorias, acesso a programas sociais, etc, etc, em poucos números, cada um com capacidade de retratar um aspecto peculiar da vida em sociedade, como nível de bem-estar, a desigualdade, a taxa de pobreza. Um primeiro esforço é o de condensar informações para transformá-las em conhecimento prático, do tipo quanto cresceu, ou diminuiu, ao fim e ao cabo o bolso dos brasileiros em diferentes lugares. O segundo esforço é, uma vez que a métrica do todo seja definida, no primeiro passo percorrer o caminho reverso abrindo a renda per capita nos grandes tipos de renda para entender os determinantes próximos da pobreza. Em todos os casos o centro está na abertura espacial das informações de renda.

2.2 A Geografia da Pobreza

Entre 2003 e 2008 houve uma redução de 43.03% da pobreza - o que corresponde à saída de 19,3 milhões de pessoas da miséria com uma renda abaixo de 137 reais em termos domiciliares per capita. A título de ilustração inicial vamos trabalhar com a nossa abertura mais local. Entre as 27 capitais das Unidades de Federação brasileiras e as periferias das seis maiores metrópoles, o destaque da redução no período 2003 a 2008 foi o município de Palmas (-80,9%) e nas menores reduções temos o município do Rio (-34,8%) e a Periferia de Recife (-36,4%). Já em termos dos níveis das séries em 2008, as menores taxas de pobreza são os municípios de Florianópolis (2,36% da população) e de Curitiba (3,92%) e as maiores estão em Maceió (25,6%) e mais uma vez na periferia de Recife (26,4%). Apresentamos na tabela a seguir os cinco mais e cinco menos da miséria no ano 2008, assim como as posições dessas mesmas localidades em anos anteriores e no ranking da variação.

% Pobres										
rank 2008	%		%		%		Var (%)			
	2008	rank	2007	rank	2003	rank	2007/2008	rank	2003/2008	
1	Periferia de Recife - PE	26.38	2	26.75	5	41.47	10	-1.38%	2	-36.39%
2	Maceió - AL	25.60	7	21.46	4	41.70	5	19.29%	6	-38.61%
3	Periferia de Salvador - BA	25.22	5	22.01	1	47.69	6	14.58%	12	-47.12%
4	Periferia de Fortaleza - CE	24.63	1	27.07	2	46.69	17	-9.01%	13	-47.25%
5	Recife - PE	20.75	3	22.60	6	35.85	15	-8.19%	7	-42.12%
1	Florianópolis - SC	2.36	36	1.68	36	6.49	3	40.48%	33	-63.64%
2	Curitiba - PR	3.92	34	3.20	35	10.50	4	22.50%	31	-62.67%
3	Goiânia - GO	4.50	32	6.19	32	13.49	28	-27.30%	34	-66.64%
4	Vitória - ES	5.45	35	2.77	33	11.99	1	96.75%	25	-54.55%
5	Palmas - TO	5.68	21	13.51	17	29.78	36	-57.96%	36	-80.93%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

As capitais possuíam 11,28% da população na pobreza em 2008 contra 12,37% na periferia, estas que estavam em 2003, logo depois da chamada crise metropolitana, muito próximas umas das outras com taxas de pobreza ligeiramente maiores para as capitais de 22,47% contra 22,06% das periferias.

	% Pobres				
	%	%	%	Var (%)	Var (%)
	2008	2007	2003	2007/2008	2003/2008
Total	16.02	18.26	28.12	-12.27%	-43.03%
Capital	11.28	13.77	22.47	-18.08%	-49.80%
Periferia das metrópoles (não capital)	12.37	13.87	22.06	-10.81%	-43.93%
Área urbana não metropolitana	14.02	16.09	25.45	-12.87%	-44.91%
Área rural	34.82	37.30	51.45	-6.65%	-32.32%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

Em seguida quando abrimos por Unidades da Federação, as mais pobres são Alagoas (38,76%), seguida pelo Maranhão (33,75%). Assim como no ranking das capitais, os estados do Sul são os que apresentam as menores taxa de miséria, sendo Santa Catarina, o menor deles com 4,53%, seguida pelo Paraná.

		% Pobres								
		%			%	Var (%)		Var (%)		
rank 2008		2008	rank	2007	rank	2003	rank	2007/2008	rank	2003/2008
1	Alagoas	38.76	2	37.93	1	57.66	3	2.19%	1	-32.78%
2	Maranhão	33.75	1	38.30	2	55.68	14	-11.88%	8	-39.39%
3	Piauí	32.38	3	37.05	3	52.01	16	-12.60%	5	-37.74%
4	Paraíba	29.20	4	33.19	4	47.28	15	-12.02%	6	-38.24%
5	Sergipe	26.56	6	28.59	6	41.58	8	-7.10%	2	-36.12%
1	Santa Catarina	4.53	27	3.67	27	8.29	2	23.43%	13	-45.36%
2	Paraná	6.13	26	4.50	26	14.08	1	36.22%	25	-56.46%
3	São Paulo	8.79	22	10.86	23	17.65	23	-19.06%	18	-50.20%
4	Rio Grande do Sul	9.01	23	10.03	25	14.24	12	-10.17%	4	-36.73%
5	Minas Gerais	9.27	25	9.76	22	17.67	6	-5.02%	16	-47.54%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

Complementando a análise de miséria, analisamos agora o que ocorreu com as 5 macrorregiões brasileiras (excluindo a área rural da região norte). Encontramos as maiores taxas de miséria na região Nordeste, 30,69%, em 2008. Mesmo não apresentando as maiores quedas na taxa, é importante olhar para os níveis absolutos para captar o tamanho da redução, já que a mesma tinha em 2003, 49,81% da população na miséria.

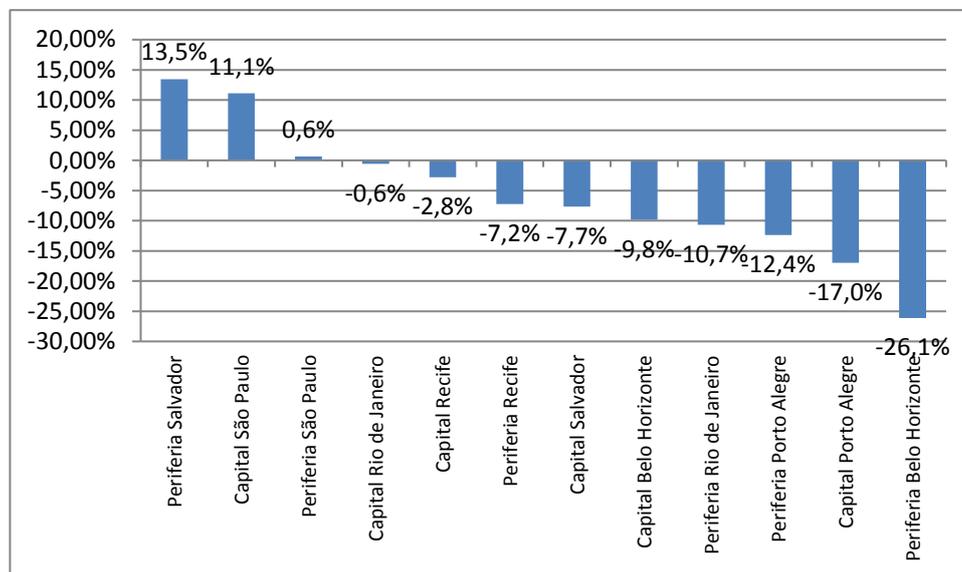
% Pobres					
	%	%	%	Var (%)	Var (%)
	2008	2007	2003	2007/2008	2003/2008
Norte	19.07	22.37	35.92	-14.75%	-46.91%
Nordeste	30.69	34.20	49.81	-10.26%	-38.39%
Sudeste	9.68	11.60	18.40	-16.55%	-47.39%
Sul	7.29	8.03	13.77	-9.22%	-47.06%
Centro	10.49	11.78	23.22	-10.95%	-54.82%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

Na passagem do Ano I D.C. (um ano depois da crise) no dia 15 de setembro quando a crise irrompeu as bolsas de valores lá fora, o que podemos dizer dos seus efeitos no bolso do brasileiro pobre? (não confundir com (pobre brasileiro)). Damos seqüência aqui, com dados até julho de 2009, ao monitoramento da evolução da composição da população em seus diversos estratos econômicos. A PME permite um olhar destes tipos de áreas o período pós-crise (leia-se na PME renda do trabalho no âmbito das seis maiores metrópoles apenas). No período Julho de 2008 quando comparado a Julho de 2009 a pobreza trabalhista caiu mais no subúrbio de Belo Horizonte (-26,13%) e subiu mais na periferia de Salvador (13,5%). No conjunto periferia x capital, só as primeiras

apresentaram queda (-6,8% x 0,42%). E na comparação Nordeste x Sul/Sudeste (-5,1% x -3,6%). Apresentamos abaixo a variação da miséria neste último período.

Varição da Miséria Metropolitana (Pós-Crise) – Julho 2008 a Julho 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

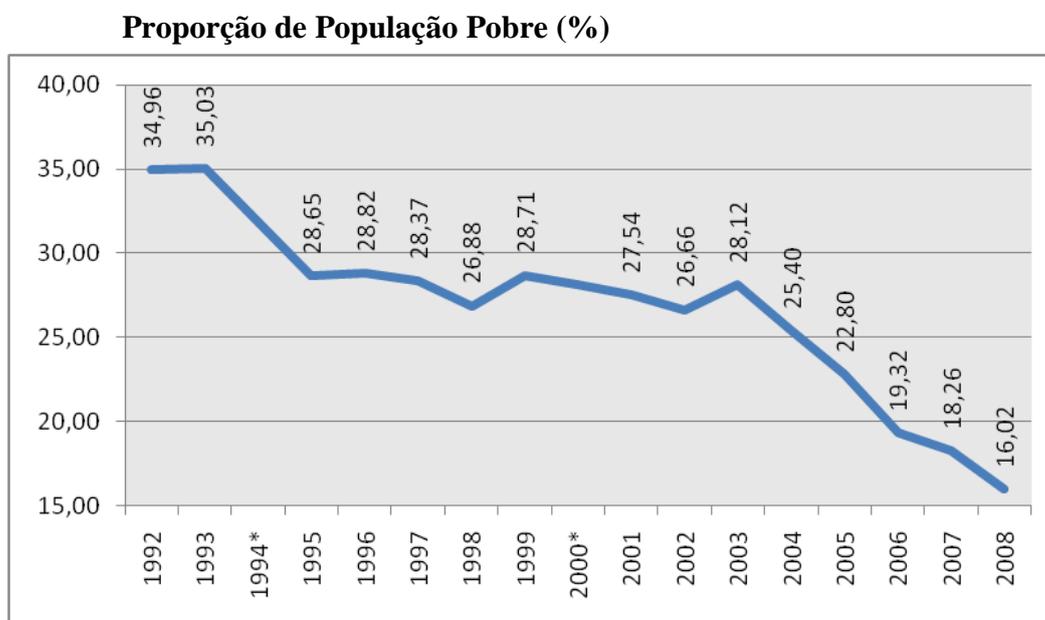
2.3 As Reais Quedas de Pobreza

A equipe do CPS tem sido a primeira a apontar, isto é antes de qualquer outra instituição resultados dos mais diversos. O grupo que deu origem ao CPS foi o primeiro a mostrar em fevereiro de 1996, a melhora dos indicadores sociais depois do Plano Real. Em 1999, o grupo mostrou a pobreza aumentando face às crises externas. Em 2004, O CPS mostrou não só a deterioração social ocorrida no primeiro ano da gestão Lula (2003), como a queda da miséria ocorrida em 2002 ao apagar das luzes do Governo do Fernando Henrique. Nenhuma outra instituição teve a ousadia de lançar pesquisa sobre o tema. Acesse no site ou neste link¹ a [trajetória do CPS no estudo da pobreza](#)

Olhando os grandes traços das séries de pobreza desde 1992, quando o novo questionário da PNAD foi estabelecido, temos duas marcadas mudanças de patamar. Em primeiro lugar, no biênio 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passa de 35.3% para 28.8% da população brasileira. Em 2003, a miséria ainda atingia 28.2% da população tendo subido no primeiro ano do governo Lula, conforme anunciamos em primeira mão em 2004. Em 2003 se inicia um novo período de queda, chegando a 22.7%

¹ Link www.fgv.br/cps/pesquisas/miseria_queda_grafico_clicavel

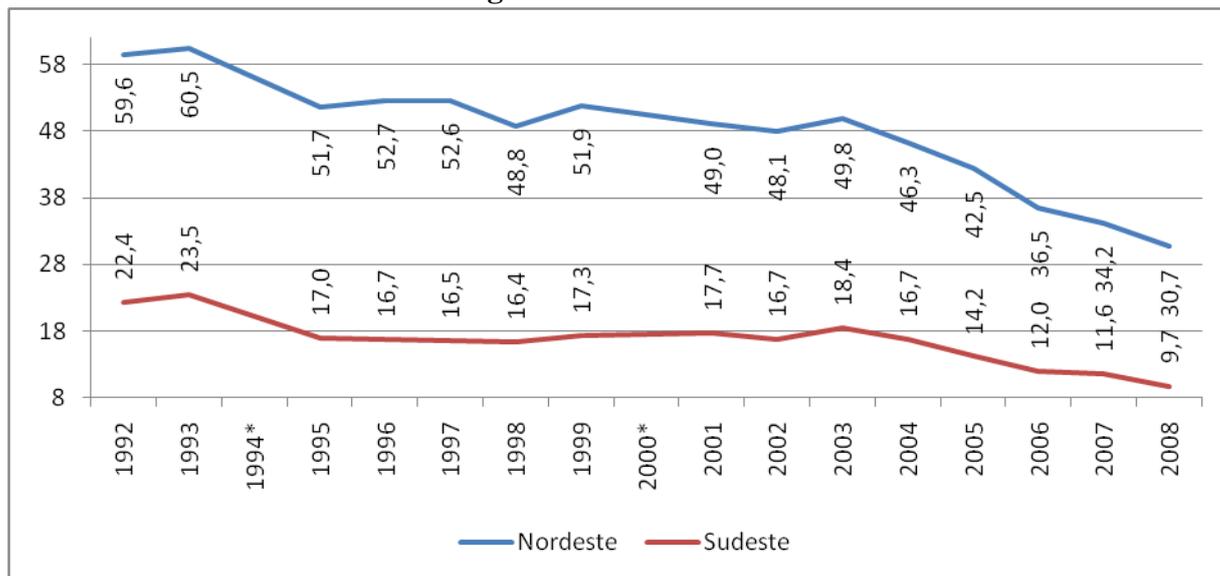
em 2005. Isto compõe uma queda acumulada de 19.18% entre 2003 e 2005, magnitude comparável a queda de 18,47% do período de 1993 a 1995. O paralelo existente na redução de miséria entre os dois episódios ocorridos dez anos a parte, pode ser percebido no gráfico abaixo.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em 2006, inspirado neste padrão de mudança da pobreza aos saltos lançamos a pesquisa com o título provocativo de o “Segundo Real”. De lá para cá a miséria continua sua trajetória descendente caindo quase 30% acumulados desde 2005, Seguindo a métrica ditada pelos efeitos imediatos do Plano Real na pobreza que tivemos o prazer de detectar em primeira mão nas séries há 13 anos atrás, teríamos hoje já três reais de redução de pobreza, tomando o período 2003 a 2008 isoladamente a pobreza caiu 43%. A redução de pobreza entre as regiões sudeste e nordeste está colocada no gráfico abaixo

Taxa de Pobreza (%) Regional Nordeste e Sudeste



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

2.4 Contribuição das Localidades na Redução da Pobreza

A fim de complementar a análise das mudanças relativas anuais, medimos as contribuições de cada localidade para a redução da pobreza nos períodos 2007 a 2009 e 2003 a 2008. Em ambos os períodos, o Nordeste se destaca com 44,28% e 44,70% da redução de pobreza observada nos respectivos intervalos de tempo. No período 2003 a 2008, oito milhões de pessoas cruzaram a linha de pobreza no Nordeste.

Contribuição de Unidades Espaciais para a Redução de Pobreza 2007-08 e 2003-08
Em número de pessoas e proporção do total da queda de pobreza
Contribuição População

Categoria	População		Contribuição %	
	2007-2008	2003-2008	2007-2008	2003-2008
Total	3800837	19454189	100.00%	100.00%

Categoria	População		Contribuição %	
	2007-2008	2003-2008	2007-2008	2003-2008
Norte	330147	1441725	8.69%	7.41%
Nordeste	1683090	8696888	44.28%	44.70%
Sudeste	1445943	6233898	38.04%	32.04%
Sul	184478	1606360	4.85%	8.26%
Centro	151100	1476818	3.98%	7.59%

Categoria	População		Contribuição	
	2007-2008	2003-2008	2007-2008	2003-2008
Capital	1055055	4504513	27.76%	23.15%
Periferia das metrópoles (não capital)	338641	2041645	8.91%	10.49%
Área urbana não metropolitana	1582543	8547525	41.64%	43.94%
Área rural	823512	4372630	21.67%	22.48%

Categoria	População		Contribuição %	
	2007-2008	2003-2008	2007-2008	2003-2008
Rondônia	20751	91142	0.55%	0.47%
Acre	13366	46853	0.35%	0.24%
Amazonas	84760	299776	2.23%	1.54%
Roraima	3347	28700	0.09%	0.15%
Pará	76648	636971	2.02%	3.27%
Amapá	51267	108341	1.35%	0.56%
Tocantins	80932	230188	2.13%	1.18%
Maranhão	263454	1178375	6.93%	6.06%
Piauí	134136	531964	3.53%	2.73%
Ceará	389980	1324724	10.26%	6.81%
Rio Grande do Norte	127081	512316	3.34%	2.63%
Paraíba	139379	598443	3.67%	3.08%
Pernambuco	170441	1346262	4.48%	6.92%
Alagoas	-39036	492719	-1.03%	2.53%
Sergipe	34211	249570	0.90%	1.28%
Bahia	466707	2466365	12.28%	12.68%
Minas Gerais	333060	2175137	8.76%	11.18%
Espírito Santo	48847	456818	1.29%	2.35%
Rio de Janeiro	542839	876573	14.28%	4.51%
São Paulo	523260	2723409	13.77%	14.00%
Paraná	55320	782092	1.46%	4.02%
Santa Catarina	-55370	195439	-1.46%	1.00%
Rio Grande do Sul	184219	630806	4.85%	3.24%
Mato Grosso do Sul	2571	214971	0.07%	1.11%
Mato Grosso	58607	386690	1.54%	1.99%
Goiás	83564	653518	2.20%	3.36%
Distrito Federal	7088	222025	0.19%	1.14%

Categoria	População		Contribuição	
	2007-2008	2003-2008	2007-2008	2003-2008
RO Capital	15334	33981	0.40%	0.17%
AC Capital	6288	24646	0.17%	0.13%
AM Capital	142513	268852	3.75%	1.38%

RR Capital	-1071	19494	-0.03%	0.10%
PA Capital	9089	215985	0.24%	1.11%
PA Periferia	22591	82464	0.59%	0.42%
AP Capital	36105	60286	0.95%	0.31%
TO Capital	14103	35241	0.37%	0.18%
MA Capital	19158	230825	0.50%	1.19%
PI Capital	27579	151733	0.73%	0.78%
CE Capital	30969	305433	0.81%	1.57%
CE Periferia	29453	186656	0.77%	0.96%
RN Capital	41617	128217	1.09%	0.66%
PB Capital	-1497	101129	-0.04%	0.52%
PE Capital	24086	193137	0.63%	0.99%
PE Periferia	1576	287817	0.04%	1.48%
AL Capital	-40099	146914	-1.05%	0.76%
SE Capital	14146	66478	0.37%	0.34%
BA Capital	174468	423684	4.59%	2.18%
BA Periferia	-28139	139357	-0.74%	0.72%
MG Capital	16850	159592	0.44%	0.82%
MG Periferia	1297	195800	0.03%	1.01%
ES Capital	-6206	20455	-0.16%	0.11%
RJ Capital	383180	326372	10.08%	1.68%
RJ Periferia	72638	304940	1.91%	1.57%
SP Capital	106645	970601	2.81%	4.99%
SP Periferia	277450	607870	7.30%	3.12%
PR Capital	-14834	102116	-0.39%	0.52%
PR Periferia	-39454	115266	-1.04%	0.59%
SC Capital	-3164	15901	-0.08%	0.08%
RS Capital	36887	65207	0.97%	0.34%
RS Periferia	1687	121773	0.04%	0.63%
MS Capital	-1159	69715	-0.03%	0.36%
MT Capital	-1320	41990	-0.03%	0.22%
GO Capital	18948	103044	0.50%	0.53%
DF Capital	7088	222025	0.19%	1.14%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

4. A Década da Redução da Desigualdade

Se um historiador do futuro fosse nomear as principais mudanças ocorridas na sociedade brasileira na primeira década do terceiro milênio, poderia chamá-la de década da redução da desigualdade de renda, ou da equalização de resultados. Da mesma forma que a década de 90 foi a da conquista da estabilidade, a de 80, a da redemocratização e a de 1970 foi a do crescimento². Não há na História brasileira, estatisticamente documentada (desde 1960), nada similar à redução da desigualdade observada desde 2001: Crescemos um terço do crescimento dos anos 70, mas reduzimos mais a pobreza na década atual. A queda acumulada de desigualdade é comparável, em magnitude, ao famoso aumento da desigualdade dos anos 60 que colocou o Brasil no imaginário

² Outra característica desta década é a geração de emprego formal, a anterior além da estabilização foi de aumento da escolaridade. Otimisticamente, a próxima década seria a da revolução da qualidade da educação, pois temos metas internacionais, metas da sociedade civil, o movimento Todos pela Educação e metas do governo federal, o IDEB, já fixadas e apontando para o mesmo norte.

internacional como a terra da iniquidade inercial. Segundo dados do Banco Mundial, os indicadores de 2005 já colocavam o Brasil como o 10º país em desigualdade do mundo - antes éramos 3º. Ou seja, a má notícia é que ainda somos muito desiguais, a boa é que há muita desigualdade a ser reduzida e conseqüentemente muito crescimento de renda a ser gerado na base da pirâmide de renda. Mal comparando, é como se o Brasil tivesse descoberto - apenas neste século - estas reservas de crescimento pró-pobre. Por exemplo, a Índia um país igualitariamente pobre com um índice de desigualdade que é metade do nosso tem como alternativa básica para combater a pobreza apenas o crescimento da renda da sociedade. Similarmente, a Bélgica, um país igualitariamente rico, não tem em termos substantivos, alternativa adicional para melhorar o bem-estar da população além do crescer. Já na chamada Belíndia brasileira, além do crescimento que é uma fonte sem limites de melhora de bem-estar, temos a opção de reduzir a desigualdade como forma de atenuar a pobreza e o bem-estar. Obviamente, a equidade tem um piso inferior, é finita como, por exemplo, as reservas de petróleo também o são, mas estamos muito distantes deste limite da exaustão. Nenhum país do mundo pode reduzir a pobreza através de redistribuição em alta escala como no Brasil.

É preciso além de se preservar os incentivos para o crescimento da renda de todos, chegar às causas mais fundamentais da desigualdade, abordando as diferenças intergeracionais de oportunidades. Estamos nos últimos anos apenas começando a explorar a superfície da desigualdade de resultados.

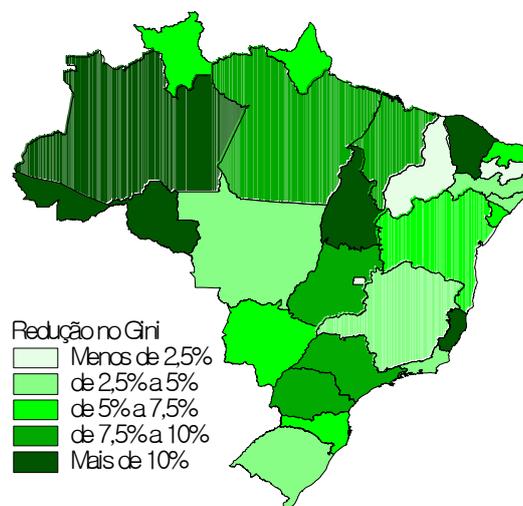
O estudo da desigualdade mede a distância transversal entre pessoas, projetando para cima e para o alto numa ação similar à medição da distância entre as estrelas. Se o estudo da desigualdade brasileira fosse como a análise do movimento de corpos celestes, a PNAD seria o anteparo recebendo e difundindo a luz vinda dos céus brasileiros um ano após. A PNAD permite aos caçadores de estrelas mirarem em atmosfera razoavelmente límpida e observar os principais movimentos relativos dentro da sociedade brasileira do ano que passou. Olhamos aqui como se usando o foco de uma luneta, os deslocamentos relativos ocorridos na renda das diferentes classes de brasileiros. De todas as mudanças observadas a partir do recente lançamento da PNAD 2008 do IBGE a que mais chama a atenção é a redução da desigualdade de renda. 2008 dá seqüência à tendência de desconcentração iniciada na virada deste século. A desigualdade de renda brasileira, que ficou estagnada entre 1970 e 2000, sofre sucessivas quedas, ano após ano, desde 2001, comparado, em magnitude, ao aumento observado nos anos 60. A desigualdade de renda domiciliar per capita medida pelo Gini cai em 2007 cerca de 0,0074

pontos que é 10% superior ao ritmo de queda assumido de 2001 a 2006 (0,0067). Mantendo entre 2007 e 2008 o ritmo de redução próximo ao apresentado na década.

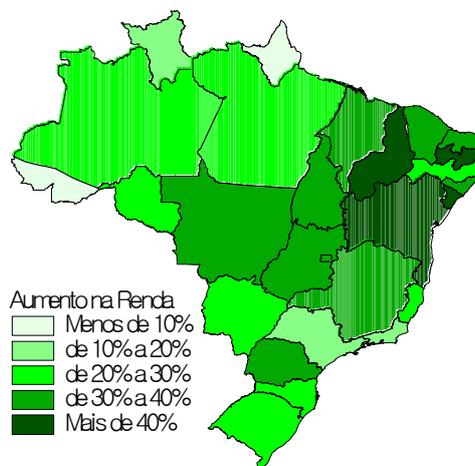
Por isso, a presente década é a da redução da desigualdade de renda, que sucede à da estabilização (90) e da redemocratização (80). Olhando para frente, a próxima década será a da revolução da qualidade da educação, pois temos metas internacionais, metas da sociedade civil, o movimento Todos pela Educação e metas do governo federal, já fixadas e apontando para o mesmo norte.

Apresentamos abaixo o mapa estadual das reduções acumuladas de desigualdade dentro dos estados na década atual; e o do crescimento da renda média que corresponde ao componente entre estados da desigualdade brasileira. É interessante notar tal como Ataliba et all. (2008) demonstram que, apesar da renda média entre estados do Nordeste aumentar a taxas mais altas que os demais, a queda de desigualdade dentro de cada estado nordestino não cai. A exceção seria o Ceará que é o único a figurar na faixa mais escura.

Redução acumulada do Índice de Gini – 2001 a 2008



Aumento da Renda Média per capita Familiar (todas as fontes) – 2001 a 2008



5. Fontes de Rendas e Mudanças

Se algo mudou o segundo esforço é saber: Por que mudou? Mudou em que? Estas últimas perguntas sugerem as duas linhas complementares de resposta aqui exploradas, a saber: a primeira olha para os determinantes próximos da distribuição de renda e a outra para os componentes primários da renda das pessoas, o papel de pensões e aposentadorias, programas sociais e trabalho.

5.1 Decomposição de Desigualdade

Como reduzir a desigualdade? Mais uma vez a presente década pode nos mostrar os caminhos aplicando-se ao período de 2001 a 2008 a metodologia de decomposição das variações do Gini³. Conforme a última coluna da tabela abaixo demonstra, a renda do trabalho explica 66,86% da redução da desigualdade esperada entre 2001 e 2008, a seguir vêm os programas sociais, com destaque ao Bolsa Família e seu antecessor Bolsa Escola que explicam 17% da redução da desigualdade, enquanto os benefícios previdenciários explicam 15,72% da desconcentração de renda, ficando as demais rendas com um resíduo inferior a 1%. As demais colunas das tabelas comparam 2008 com os demais anos. Enquanto as tabelas posteriores decompõem a natureza dos efeitos por tipo de renda separando os efeitos da contribuição de cada fonte na renda total pela mudança da massa

³ Hoffman 2006 e Soares 2006 aplicam esta metodologia a dados brasileiros do começo da década. Kakwani, Neri e Son 2005 e Barros et all. 2006 aplicam outras metodologias aos mesmos dados.

relativa de benefícios e os efeitos da desigualdade de cada fonte avaliada a partir do Gini da renda total.

Efeito percentual de cada parcela do rendimento na mudança do Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil

Efeito percentual

<i>Parcela</i>	2007 a 2008	2006 a 2008	2005 a 2008	2004 a 2008	2003 a 2008	2002 a 2008	2001 a 2008
Renda do trabalho	116,15	89,30	64,07	65,84	66,39	66,86	66,86
Renda previdência	-1,06	21,67	25,49	27,68	17,56	13,80	15,72
Bolsa Família e Outras	-1,03	-10,01	11,43	6,99	16,83	18,47	17,00
Transferência privadas	-14,21	-0,82	-0,92	-0,40	-0,71	0,93	0,50
Abono	0,23	-0,11	-0,04	-0,08	-0,07	-0,04	-0,05
Total	100,07	100,03	100,03	100,04	100,00	100,02	100,02
Delta GINI	-0,0064	-0,0137	-0,0196	-0,0225	-0,0344	-0,0400	-0,0471

Efeito composição

<i>Parcela</i>	2007 a 2008	2006 a 2008	2005 a 2008	2004 a 2008	2003 a 2008	2002 a 2008	2001 a 2008
Renda do trabalho	0,41	-0,06	0,00	0,00	0,00	-0,02	-0,04
Renda previdência	-0,20	-0,06	0,18	0,07	0,10	-0,18	-0,21
Bolsa Família e Outras	26,45	-0,72	6,62	9,44	9,29	4,71	5,28
Transferência privadas	-4,10	3,05	2,58	1,95	1,16	1,75	1,32
Abono	0,10	-0,10	-0,09	-0,05	0,06	-0,06	0,01
Total	22,65	2,11	9,29	11,42	10,61	6,21	6,36
Delta GINI							

Efeito concentração

<i>Parcela</i>	2007 a 2008	2006 a 2008	2005 a 2008	2004 a 2008	2003 a 2008	2002 a 2008	2001 a 2008
Renda do trabalho	115,74	89,36	64,07	65,84	66,39	66,88	66,90
Renda previdência	-0,85	21,73	25,31	27,61	17,46	13,98	15,93
Bolsa Família e Outras	-27,48	-9,30	4,81	-2,45	7,54	13,75	11,72
Transferência privadas	-10,12	-3,87	-3,50	-2,35	-1,87	-0,82	-0,82
Abono	0,13	0,00	0,05	-0,03	-0,13	0,01	-0,07
Total	77,42	97,92	90,74	88,62	89,39	93,81	93,66
Delta GINI							

É interessante que a análise leve em conta não só os impactos de diferentes fontes de renda, em particular as transferidas pelo Estado brasileiro, no deslocamento da desigualdade como também os seus custos ao erário público.

5.2 Decomposição da Média de Renda em diferentes Fontes

Entre 2003 e 2008, a renda per capita média do brasileiro cresceu 5,26% em termos reais (isto é já descontada a inflação e o crescimento populacional) passando de 458 para 592 reais por mês. A fonte de renda que mais cresceu foi a de programas sociais (20,99%) influenciada pela expansão do Bolsa Família criado em 2003. A seguir veio a parcela da renda da previdência vinculada ao salário mínimo (6,64%). Os efeitos dos reajustes do

salário mínimo que cresceu mais de 45% neste período pressionaram o valor da base de benefícios e do aumento da parcela de número de idosos, fruto do processo de envelhecimento da população. A renda de previdência acima do piso cresce abaixo do crescimento da renda geral. Cabe notar que a renda do trabalho teve um incremento médio de 5,13% ao ano o que confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. Correspondendo a 76% da renda média percebida pelo brasileiro, a renda do trabalho foi responsável por 75% do ganho de renda observado.

Decomposição da Renda em diferentes Fontes PNAD

Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Públicas - BF*	Piso Previdencia - SM*	Previdencia Pós-piso > SM*
2008 – R\$	592,12	450,29	12,86	12,73	28,05	88,2
2008 – % Composição	100%	76,05%	2,17%	2,15%	4,74%	14,90%
Crescimento médio Anual 2003-08	5,26%	5,13%	2,62%	20,99%	6,64%	4,44%
Crescimento 2007-08	5,49%	4,5%	15,13%	30,83%	1,63%	7,68%

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

No último ano o crescimento de renda per capita do trabalho e de aposentadorias vinculadas ao mínimo é um pouco menor, o de programas sociais atinge 30,8%. De toda forma, em ambos os períodos embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao mínimo a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda desta fase de *boom*.

No período de 2003 até 2008, notamos que duplicou a parcela da renda associada a programas sociais, tais como o Bolsa Família e outros programas sociais captados nas outras rendas da PNAD. Entre os pobres – note-se que, após os reajustes anunciados recentemente e o novo critério de entrada no Bolsa Família - a parcela destes programas nas respectivas rendas aumentou de 4,9% para 16,3%.

A análise da participação de diferentes tipos de renda dos pobres pode ser útil para aferir os impactos prospectivos de diferentes instrumentos de política pública sobre a pobreza, tais como, por exemplo, as medidas adotadas no bojo da crise externa iniciada em setembro de 2008.

6. As Capitais das Rendas

Mais do que cruzar faixa e tipos de renda queremos aqui cruzar as informações espaciais com o tipo de renda. O Rio ficou como a capital dos aposentados, cujas rendas correspondem a 28,8% do bolso do carioca, a mais alta proporção de todas 27 capitais. A capital do Bolsa Família é Macapá com 3,15% de suas rendas vindas desse programa. Já a capital do trabalho é Palmas com 88,3% da renda vindo da labuta diária.

Participação das diferentes fontes de renda no total (%) – 2008 Capitais e Periferias Metropolitanas

Renda todos os trabalhos		Outras rendas privadas	
rank	R\$ 2008	rank	R\$ 2008
1	Palmas - TO 88.31	1	Teresina - PI 4.54
2	Macapá - AP 86.74	2	Rio Branco - AC 3.60
3	Boa Vista - RR 86.11	3	Palmas - TO 3.35
4	Periferia de Curitiba - PR 85.16	4	Campo Grande - MS 3.16
5	Manaus - AM 84.80	5	Goiânia - GO 3.10
1	Rio de Janeiro - RJ 67.98	1	Periferia do Rio de Janeiro - RJ 0.77
2	Vitória - ES 69.97	2	São Luís - MA 0.87
3	Recife - PE 71.53	3	Macapá - AP 1.02
4	Teresina - PI 71.67	4	Periferia de Curitiba - PR 1.13
5	Porto Alegre - RS 72.26	5	Aracaju - SE 1.18

Transferências Pública - BF*		Piso Previdencia - SM*		Previdencia Pós-piso > SM*	
rank	R\$ 2008	rank	R\$ 2008	rank	R\$ 2008
1	Periferia de Fortaleza - CE 3.85	1	Periferia de Fortaleza - CE 10.53	1	Rio de Janeiro - RJ 27.22
2	Periferia de Belém - PA 3.34	2	Periferia de Recife - PE 7.07	2	Vitória - ES 25.35
3	Macapá - AP 3.15	3	Periferia de Belo Horizonte - M 4.82	3	Porto Alegre - RS 22.39
4	Boa Vista - RR 3.11	4	Periferia de Salvador - BA 4.31	4	Periferia do Rio de Janeiro - RJ 21.78
5	Recife - PE 2.90	5	Periferia do Rio de Janeiro - RJ 4.28	5	Recife - PE 19.52
1	Vitória - ES 0.46	1	Brasília - DF 0.85	1	Palmas - TO 5.68
2	Periferia do Rio de Janeiro - RJ 0.66	2	Palmas - TO 1.39	2	Boa Vista - RR 6.06
3	Cuiabá - MT 0.72	3	Florianópolis - SC 1.41	3	Macapá - AP 6.80
4	Aracaju - SE 0.75	4	Curitiba - PR 1.54	4	Periferia de Fortaleza - CE 8.50
5	Rio de Janeiro - RJ 0.86	5	São Paulo - SP 1.56	5	Periferia de Curitiba - PR 8.76

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

Comparando a participação dos diferentes tipos de renda em cada tipo de cidade, notamos nitidamente a existência de algumas particularidades: renda do trabalho é relativamente mais importante na periferia, enquanto que a previdência até 1 SM é extremamente importante na área rural (16,84% das fontes de renda), seguido por outras transferências públicas, os programas sociais (5,21%). Já ao analisarmos as previdências mais altas, elas representam 17,15% da renda das capitais.

Participação das diferentes fontes de renda no total (%) – 2008

Tipos de Cidade

Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Pública - BF*	Piso Previdencia - SM*	Previdencia Pós-piso > SM*	
Capital	100	76.80	2.37	1.68	2.00	17.15
Periferia das metrópoles (não capital)	100	78.28	1.37	1.58	3.87	14.89
Área urbana não metropolitana	100	76.09	2.38	2.23	5.33	13.97
Área rural	100	67.24	1.22	5.21	16.84	9.49

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

Quando analisamos os 27 estados da Federação, é no Amapá, onde a renda do trabalho é mais importante (88,16%). Em termos de transferências públicas, Alagoas é o que possui maior parte da renda proveniente de programas sociais (4,43%) e no Rio de Janeiro, 27,9% da renda das famílias originam das aposentadorias.

Participação das diferentes fontes de renda no total (%) – 2008

Estados

Renda todos os trabalhos		Outras rendas privadas	
rank	R\$ 2008	rank	R\$ 2008
1	Amapá 88.16	1	Tocantins 3.51
2	Roraima 86.26	2	Piauí 3.33
3	Mato Grosso 85.69	3	Acre 3.19
4	Amazonas 83.94	4	Santa Catarina 3.14
5	Rondonia 83.00	5	Mato Grosso do Sul 3.06
1	Piauí 64.65	1	Roraima 1.08
2	Paraíba 68.57	2	Amapá 1.17
3	Rio de Janeiro 69.54	3	Sergipe 1.21
4	Pernambuco 70.11	4	Amazonas 1.26
5	Ceará 70.91	5	Maranhão 1.30

Transferências Pública - BF*		Piso Previdencia - SM*		Previdencia Pós-piso > SM*	
rank	R\$ 2008	rank	R\$ 2008	rank	R\$ 2008
1	Alagoas 4.43	1	Ceará 10.83	1	Rio de Janeiro 25.35
2	Pernambuco 4.35	2	Alagoas 10.77	2	Rio Grande do Sul 18.74
3	Maranhão 4.17	3	Piauí 10.63	3	Piauí 17.57
4	Paraíba 4.13	4	Maranhão 10.45	4	Distrito Federal 16.43
5	Ceará 3.97	5	Paraíba 10.36	5	Espírito Santo 16.25
1	Rio de Janeiro 0.79	1	Distrito Federal 0.85	1	Amapá 5.39
2	Espírito Santo 1.25	2	São Paulo 1.96	2	Tocantins 5.53
3	Mato Grosso 1.28	3	Amapá 2.22	3	Roraima 5.55
4	Santa Catarina 1.34	4	Rio de Janeiro 2.52	4	Mato Grosso 6.65
5	Distrito Federal 1.48	5	Amazonas 3.15	5	Maranhão 7.68

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

Em seguida desagregamos a participação das fontes de renda entre as 5 regiões brasileiras. Encontramos a seguinte geografia: alta importância do trabalho nas regiões Centro-Oeste (82%) e no norte urbano (81,43%). As transferências públicas como os programas sociais (3,835) e aposentadorias mais baixas (9,52%) estão mais presentes no Nordeste. Já no

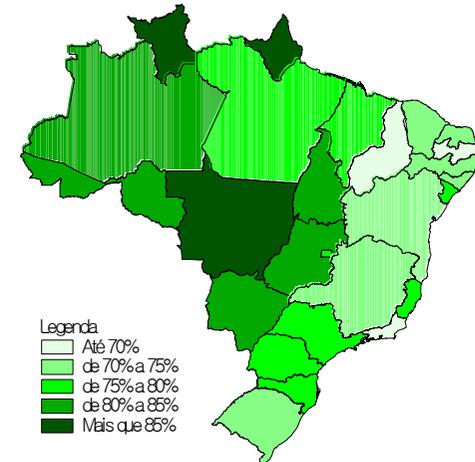
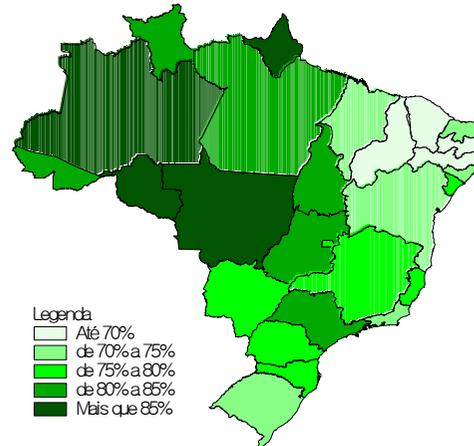
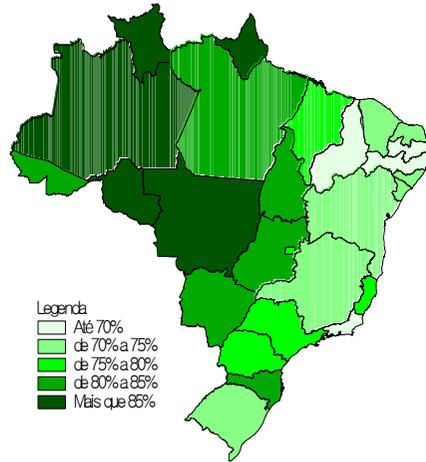
questo previdência acima de 1 salário mínimo encontramos as regiões Sudeste (16,70%) e o Sul (15,31%).

Participação das diferentes fontes de renda no total (%) – 2008
Macrorregiões

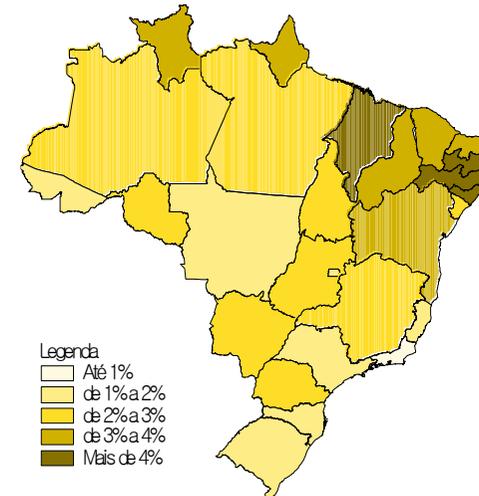
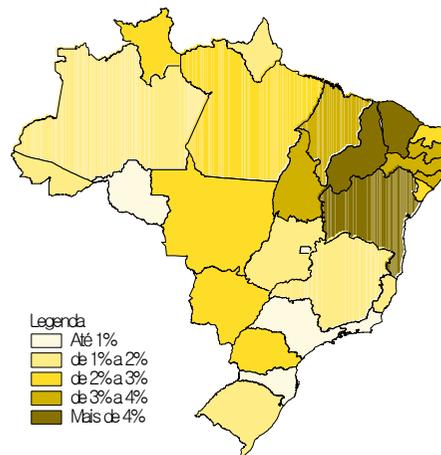
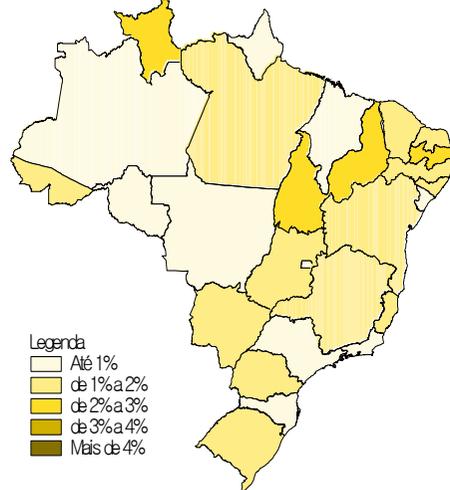
	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Públicas - BF*	Piso Previdencia - SM*	Previdencia Pós-piso > SM*
Norte	100	82.00	2.04	2.72	4.62	8.61
Nordeste	100	71.85	1.99	3.83	9.52	12.82
Sudeste	100	75.99	2.07	1.72	3.52	16.70
Sul	100	76.01	2.54	1.79	4.35	15.31
Centro	101	81.43	2.43	1.75	3.27	11.12

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RENDA DE TODOS OS TRABALHOS NA RENDA TOTAL
2003 2007 2008



PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RENDA DO BOLSA-FAMILIA & OUTROS NA RENDA
2003 2007 2008



6. Conclusão

O desenho de redes de proteção social aos pobres e/ou aos perdedores de uma dada conjuntura exige enxergar os detalhes dos grupos que emergem e dos que afundam. Uma análise simples do tipo Lego de remontar os pedaços das rendas dos diversos tipos brasileiros pode ajudar a descobrir os porquês das mudanças. Em particular, exploramos a luz da PNAD no período de expansão do bolso dos brasileiros em vigor até setembro de 2008 três pontos: i) Quem mudou?, ii) O que mudou? iii) Onde mudou?, Vamos ao quebra-cabeças:

i) Quem mudou? - As mudanças no interior da economia quem perde e quem ganha em termos de estrato de renda (E,D, C e AB)? A nova classe média brasileira se tornou um ativo macroeconômico crucial para compensar a queda na exportação de nossos produtos como fruto da retração global. Entre 2003 e 2008, 32 milhões de pessoas, ou meia França, ascenderam às classes ABC, sendo 6,7 milhões só no ano passado. Também no período 2003 a 2008, houve uma redução de 43.03% da pobreza - o que corresponde à saída de 19,3 milhões de pessoas da miséria. Neste período, a taxa de crescimento de renda é decrescente à medida que caminhamos ao topo da distribuição, indo dos 58,8% real per capita dos 10% mais pobres aos 21,11% dos 10% mais ricos. No período 2001 a 2008 este placar era ainda mais dilatado: 72% x 11,1%, respectivamente.

ii) O que mudou? – Qual a parcela de renda cresceu mais, antes ou fruto da crise e das ações contra ela: trabalho, bolsa família, aposentadoria ou nenhuma das alternativas acima? Neste período de boom, a renda média de todas as fontes cresceu 5,26% ao ano contra 5,13% da renda do trabalho. Os resultados apontam que embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao mínimo, a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda desta fase de boom. Complementarmente, traduzimos a riqueza de dados pnadianos sobre estoques de ativos, agrupados sob estas duas perspectivas, a do consumidor e a do produtor, o que nos termos da fábula de La Fontaine permitiria separar os lados cigarras e formigas dos filhos deste solo. A pesquisa www.fgv.br/cps/fc cria dois índices sintéticos. O primeiro de potencial de consumo baseado em acesso a bens duráveis, a serviços públicos e moradia e o segundo sobre o lado do produtor onde identificamos o potencial de geração de renda familiar de forma a captar a sustentabilidade das rendas percebidas através de inserção produtiva e nível educacional de diferentes membros do

domicílio, como investimentos em capital físico (previdência pública e privada; uso de tecnologia de informação e comunicação), capital social (sindicatos; estrutura familiar) e capital humano (frequência dos filhos em escolas públicas e privadas) etc. A nossa surpresa é que para o índice do consumidor aumentou 14,98% entre 2003 e 2008 contra 28,62% do índice do produtor. Ou seja, o brasileiro pode ser na foto ainda mais cigarra que formiga, mas estamos sofrendo gradual metamorfose em direção às formigas. Este ponto pode variar muito de lugar para lugar, dos aparentes formigueiros paulistas até as esperadas cigarras do sertão nordestino. O que nos leva à nossa última e talvez mais importante dimensão de análise.

iii) Onde Mudou? – Em que regiões, sejam macrorregiões, estados, capitais, tipos de cidades, a economia doméstica avançou e onde regrediu? E a geografia da pobreza, mudou? Mudou por quê? Se olharmos para o Nordeste o ganho de renda do trabalho per capita real médio do período 2003 a 2008 foi de 7,3% ao ano, o que contraria a ideia de que o aumento de renda do brasileiro em geral e do nordestino em particular deve-se apenas ao “assistencialismo oficial”. Talvez haja mais sustentabilidade na expansão nordestina do que nas ideias daqueles que a imaginam como a de uma nova economia sem produção.

Finalmente, qual é a capital do Bolsa Família e demais programas? Macapá onde 3,25% da renda do município advém destes programas. Quem é o campeão de geração de trabalho e renda? É Palmas no Tocantins com 88,3% da renda vindo da labuta diária. E a capital dos aposentados? Rio de Janeiro com cujas rendas correspondem a 28,8% do bolso do carioca, a mais alta proporção de todas 27 capitais. O Rio, agora olímpico, curiosamente ocupa a lanterna das capitais tanto no quesito renda do trabalho como na do Bolsa Família. Sei que estou sendo bairrista, pois sou carioca mas o site da pesquisa www.fgv.br/cps/atlas permite a cada um através de bancos de dados interativos realizar o cruzamento para responder suas perguntas-chaves segundo seus interesses particulares. O convite está feito!

7. BIBLIOGRAFIA

BARRETO, F. A., MANSO, C. A., FRANÇA, J. M., MATOS, P. F., SANTOS, A.. “Quais os Estados brasileiros obtiveram os melhores desempenhos?”, Fortaleza: LEP/UFC, 2009.

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P. Foguel, M. N. ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. **The duration of poverty spells**. In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ENABET, Anais..., 1996.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. **A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources**. Revista Brasileira de Economia 57 (1), p. 59-92, 2003.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean** World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, Econômica 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, Brazil, 2005.

IPEA. **Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil**, 2006. (Nota técnica).

KAKWANI, N., SON, H. **Measuring the Impact of price changes on poverty**. International Poverty Centre, Brasília, 2006. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent brazilian experience**. International Poverty Centre, Brasília, 2006a. (Working paper # 26).

_____. **Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs.), Rio de Janeiro, 2007. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

LANDES, DAVID. **The Wealth and Poverty of Nations**, New York: Norton, 1998.

LANGONI, C. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005, 1973.

NERI, M. C. **Diferentes histórias em diferentes cidades**. In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). Soluções para a questão do emprego. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

_____. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs.), Rio de Janeiro, 2007a.

_____. **A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs.), Rio de Janeiro, 2007b.

_____. (org.) **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAMIGO**”, Editora da Fundação Getulio Vargas, 370pag, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **O reajuste do salário mínimo de maio de 1995**. In: XIX ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SBE, Recife. **Anais...** dez. 1997, v. 2, p. 645-666.

NERI, M. C.; CONSIDERA, Cláudio; PINTO, Alexandre. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. In: **Revista Economia Aplicada**, Ano 3, v. 3, p.384-406, jul.-set. 1999.

NERI, M. C. e CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.1, p. 49-82.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOARES, S. “Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.” *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

STIGLITZ, J.; SEN, A e FITOSSI, **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. September, 2009 http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf



Praia de Botafogo, 190, Sala 1501 - CEP: 22250-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3799-2320 / E-mail: fgvsocial@fgv.br
www.fgv.br/fgvsocial